



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Pç. Nossa Senhora da Salete - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-912 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13120100 - SG-SI-CPC-DENG

SEI!TJPR Nº 0053730-73.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 13120100

TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO

REGISTRO DE PREÇOS

SEI! Nº 0053730-73.2025.8.16.6000

Sumário

[1. OBJETO](#)

[2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO](#)

[3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO](#)

[4. CONDIÇÕES GERAIS E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO](#)

[Requisitos](#)

[Especificação técnica](#)

[Sustentabilidade](#)

[Da Logística Reversa](#)

[5. PARCELAMENTO DO OBJETO](#)

[Participação de Microempresas \(ME\) e Empresas de Pequeno Porte \(EPP\)](#)

[Participação de consórcio](#)

[Subcontratação](#)

[6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO](#)

[Regime de execução](#)

[Condições de execução](#)

[Prazos](#)

[Local e horário](#)

[Materiais a serem disponibilizados](#)

[Informações relevantes para o dimensionamento da proposta](#)

[Obrigações da Contratada](#)

[Obrigações do Contratante](#)

[7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO](#)

[Ata de Registro de Preços](#)

[Formalização da Contratação e vigência](#)

[Reajuste da ARP](#)

[Garantia contratual](#)

[Gestão e fiscalização](#)

[8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO](#)

[Critérios de medição](#)

[Recebimento do objeto](#)

[Condições para o pagamento](#)

[9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR](#)

[Forma de seleção e critério de julgamento da proposta](#)

[Critérios de aceitabilidade de preços](#)

[Qualificação Técnica](#)

[Qualificação Econômico-Financeira](#)

[10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO](#)

[Valor máximo da contratação](#)

[11. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS](#)

[12. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA](#)

[13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS](#)

[APÊNDICE 1 – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR](#)

[APÊNDICE 2 –TERMO DE CIÊNCIA DE RISCOS](#)

1. OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto **o Registro de Preços para eventual contratação de serviços comuns de engenharia para realização de investigação geotécnica em terrenos de propriedade do Tribunal de Justiça do Paraná**, conforme descrito neste documento e apêndices.

1.2. CATSER: 990 – Ensaio geotécnico.

1.3. Os serviços objeto desta contratação são **não contínuos ou contratados por escopo**, impondo ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

1.4. Os serviços objeto desta contratação são considerados **comuns de engenharia**, visto que englobam ações objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, podendo ser claramente especificados e padronizados.

1.5. Os serviços atendem ao art. 85 da Lei nº 14.133/2021, para atendimento de situações que exigem baixa complexidade técnica e operacional, bem como necessidade permanente ou frequente do serviço a ser contratado. O objeto compreende serviços padronizados, conforme anexo Especificações para Contratação (Apêndice 1), e que se destinam a atender demandas por investigação geotécnica em terrenos de propriedade do TJPR, destinados à implantação de novos fóruns ou à expansão de unidades já existentes.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e seus respectivos quantitativos encontram-se pormenorizados nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), nos quais são descritas a necessidade da contratação e a análise de possíveis alternativas para a solução.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A Descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) desta contratação.

3.2. Toda a documentação técnica necessária para subsidiar esta contratação encontra-se mencionada no Apêndice 1 deste Termo de Referência e será disponibilizada juntamente com o Edital da licitação no endereço eletrônico <https://www.tjpr.jus.br/anexos-dos-editais>.

3.3. Descritivo do objeto:

Lote	Quantidade	Unidade de medida	Especificações
01	01	Serviço	Serviço comum de engenharia para realização de investigação geotécnica – REGIONAL LESTE
02	01	Serviço	Serviço comum de engenharia para realização de investigação geotécnica – REGIONAL NORTE
03	01	Serviço	Serviço comum de engenharia para realização de investigação geotécnica – REGIONAL SUL

3.4. Havendo contradições entre a descrição dos bens constante no Capítulo 1 e aquela proposta pelo código do CATSER, deve prevalecer a descrição do Capítulo 3.

4. CONDIÇÕES GERAIS E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para que a contratação produza os resultados pretendidos pela Administração, deverá ser observada a descrição prevista pelo setor competente, bem como as demais previsões técnicas contempladas neste documento e seus anexos, na minuta contratual, e demais diplomas previstos para esta contratação.

4.2. Por meio do procedimento de **Registro de Preços** o TJPR busca o registro do objeto, dos preços, dos fornecedores e das condições a serem praticadas em eventuais contratações, conforme as disposições contidas no edital da licitação e nas propostas apresentadas.

Requisitos

4.3. A essência da solução que se pretende contratar é a realização de investigação geotécnica em terrenos de propriedade do TJPR, utilizando-se de Ata de Registro de Preços para a execução de serviços comuns de engenharia.

4.3.1. A ata será parcelada em três lotes regionalizados (Leste, Norte e Sul), privilegiando três critérios:

- Equivalência à regionalização adotada pela Divisão de Manutenção Predial no contrato de manutenção predial;
- Agregação em cada lote de Comarcas com proximidade geográfica, conforme evidenciado no anexo Mapa de Regionais (Apêndice 1);
- Comarcas aproximadamente integradas à mesma malha rodoviária principal.

4.4. Durante a vigência do Registro de Preços as empresas beneficiárias da Ata serão,

eventualmente, convocadas para atender a demandas que existam. A partir do acolhimento da demanda, a análise técnica do pleito norteará a elaboração de um orçamento para atender a demanda.

4.5. O exato dimensionamento da contratação será avaliado conforme cada caso específico, sendo previamente informado às empresas os quantitativos correspondentes para efetiva execução por ocasião do impulso para execução da ata de registro de preços.

4.5.1. Assim, o referencial quantitativo para a presente licitação não se refere aos itens, mas ao valor total da Ata indicado no capítulo 10 deste Termo, determinado considerando os serviços passíveis de execução, as necessidades do Tribunal de Justiça do Paraná, e o tempo de vigência da Ata de Registro de Preços.

Especificação técnica

4.6. A investigação geotécnica tem como finalidade conhecer o subsolo do terreno, identificando camadas de solo, resistência, presença de água e demais características que subsidiem a escolha e o dimensionamento preliminar de fundações no âmbito dos anteprojetos de engenharia.

4.7. Os serviços que compõem esta contratação são:

4.7.1. Sondagem SPT

4.7.1.1. Execução de furos com ensaio de resistência à penetração padrão, conforme NBR 6484, para identificação de camadas de solo, nível d'água e parâmetros de resistência.

4.7.1.2. Dimensionada pela projeção da área edificável em cada terreno, adotando-se a recomendação da NBR 8036 de um furo de sondagem a cada 200 m² de área de projeção em planta da edificação, até 1200 m² de área. Entre 1200 m² e 2400 m², precisará ser feito 1 (um) furo para cada 400 m² completos que excederem de 1200 m².

4.7.1.3. Para as áreas que excedam 2400 m², a norma indica que a quantidade de furos ficará a critério do projetista. Para fim de quantitativo de contratação, manteve-se o critério de 1 (um) furo para cada 400 m² completos.

4.7.1.4. Estima-se que os furos de sondagem possuem profundidade média de 15 metros.

4.7.1.5. Os locais para a execução da SONDAGEM SPT deverão ser escolhidos de acordo com os locais de maiores carregamentos, apresentados no PROJETO ESTRUTURAL (quando disponível). Quando não houver disponibilidade do PROJETO ESTRUTURAL, a fiscalização deverá ser consultada para a escolha destes. Em qualquer caso, a quantidade mínima de furos deverá ser de 7 (sete) e antes do início da campanha os locais previamente definidos para sondagem deverão ser submetidos ao aceite do TJPR.

4.7.1.6. Deve-se tomar registros fotográficos de todo o ensaio. O resultado das sondagens deverá ser apresentado graficamente com a discriminação do tipo de solo encontrado em cada camada e sua consistência, da resistência oferecida à penetração do amostrador-padrão e do nível de água na data da perfuração. Sempre que as características da obra e/ou do terreno exigirem, será estabelecido um programa de investigação direta do subsolo, que inclua ensaios que se façam necessários.

4.7.2. Sondagem rotativa

4.7.2.1. A sondagem rotativa será considerada um serviço complementar, executado somente em locais onde a sondagem SPT apresentar negativa de penetração ou indicar presença de rocha.

4.7.2.2. O critério de paralisação da sondagem será conforme orientação técnica expressa na Ordem de Execução de Serviço.

4.7.2.3. Deve-se tomar registros fotográficos de todo o ensaio. O resultado das sondagens deverá ser apresentado graficamente com a discriminação do tipo de solo encontrado em cada

camada e sua consistência.

4.7.3. Ensaaios de laboratório

4.7.3.1. Serão realizados ensaios de caracterização física e mecânica dos solos com base nas amostras coletadas durante a execução das sondagens.

4.7.3.2. São previstas 5 modalidades de ensaios de laboratório:

- Ensaio de Granulometria – executado de acordo com a NBR 7181, no mínimo 1 (um) ensaio por tipo de solo;
- Limite de Liquidez - executado de acordo com a NBR 6459, no mínimo 3 (três) ensaios por tipo de solo, provenientes de furos de sondagens diferentes;
- Limite de plasticidade – executado de acordo com a NBR 7180, no mínimo 3 (três) ensaios por tipo de solo, provenientes de furos de sondagens diferentes;
- Resistência ao cisalhamento direto lento saturado, no mínimo 3 (três) ensaios por tipo de solo, provenientes de furos de sondagens diferentes;
- Ensaio de adensamento – executado de acordo com a ASTM D2435, no mínimo 3 (três) ensaios por tipo de solo, provenientes de furos de sondagens diferentes.

4.7.4. Prova de carga estática

4.7.4.1. A prova de carga estática será executada apenas quando tecnicamente indicada pela fiscalização, em terrenos onde se preveja a adoção de fundações rasas e haja necessidade de validação direta da capacidade de carga.

4.7.4.2. Sua execução deverá seguir os critérios estabelecidos pela NBR 6489, sendo previamente aprovada pelo contratante quanto à localização, método e número de ensaios. Caso não seja indicada, a sua realização não será exigida na execução dos serviços.

4.7.4.3. Após a realização do ensaio, a empresa CONTRATADA deverá entregar um relatório técnico com os resultados, podendo este conter elementos gráficos e/ou textuais apresentados em escala compatível de forma clara e precisa.

Sustentabilidade

4.8. Considerando como parâmetro o art. 362 do Decreto Estadual 10.086/22, bem como o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União – AGU (doc. 8097772) e a IN nº 114 de 2022 do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, verificou-se que **não** há legislação e critérios de sustentabilidade específicos para este tipo de contratação.

Da Logística Reversa

4.9. Não se aplica.

Visita Técnica

4.10. Não há necessidade de visita técnica para a contratação.

5. PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1. O objeto está dividido em **03 lotes**, conforme exigência legal, de modo a garantir maior competitividade entre as concorrentes.

5.1.1. Lote 1 – Regional Leste: é integrado por 11 comarcas, quais sejam:

Comarca	Área aproximada do terreno (m²)
Colombo	9.000
Piraí do Sul	5.400

Sengés	5.400
Curitiba (Sítio Cercado)	7.500
Fazenda Rio Grande	7.500
Piraquara	9.000
Araucária	9.000
Morretes	5.400
São João do Triunfo	5.400
Teixeira Soares	5.400
São José dos Pinhais	12.000
TOTAL	81.000

5.1.2. Lote 2 – Regional Norte: é integrado por 17 comarcas, quais sejam:

Comarca	Área aproximada do terreno (m²)
Paiçandu	7.500
Nova Esperança	7.500
Curiúva	5.400
Sarandi	9.000
Cianorte	9.000
Cornélio Procopio	9.000
Alto Paraná	5.400
Mandaguari	5.400
Primeiro de Maio	5.400
Jaguapitã	5.400
Santa Mariana	5.400
Barbosa Ferraz	5.400
Nova Londrina	5.400
Marilândia do Sul	5.400
Santa Isabel do Ivaí	5.400
Congonhinhas	5.400
Pérola	5.400
TOTAL	106.800

5.1.3. Lote 3 – Regional Sul: é integrado por 11 comarcas, quais sejam:

Comarca	Área aproximada do terreno (m²)
São Miguel do Iguaçu	7.500
Pinhão	7.500
Guaíra	7.500
Medianeira	7.500
Assis Chateaubriand	7.500
Cândido de Abreu	5.400
Capanema	5.400
Alto Piquiri	5.400
Ubiratã	5.400
Manoel Ribas	5.400
Formosa do Oeste	5.400
TOTAL	69.900

Participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)

5.2. O(s) lote/grupo(s) desta contratação destina(m)-se à participação geral, não havendo itens e/ou lotes/grupos exclusivos ou reservados para participação de ME/EPP.

5.2.1. Deixa-se de aplicar, no presente caso, o benefício previsto no art. 48, inciso I, do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e no art. 6º do Decreto Estadual nº 2.474/2015, que versa sobre a licitação exclusiva à participação de ME e EPP quando o valor global da contratação for até R\$ 80.000,00, pois o preço máximo deste certame foi fixado em valor superior.

5.2.2. Deixa-se, também, de aplicar o benefício do inciso II do artigo 48 do referido Estatuto tendo em vista a justificativa apresentada para o não parcelamento do objeto.

5.2.3. Por fim, não se aplica o benefício do inciso III (estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte) pois o objeto do presente certame é a contratação de serviço de engenharia e não aquisição de bens divisíveis.

Participação de consórcio

5.3. Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, com vistas à ampliação da competitividade, de forma a garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5.4. Deverão ser observadas as seguintes disposições para a participação de licitação em consórcio:

5.4.1. As licitantes pessoas jurídicas deverão apresentar comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

5.4.1.1. O compromisso de constituição do consórcio deve ser apresentado por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

5.4.2. Deverá haver indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

5.4.2.1. A empresa responsável pela execução da obra será necessariamente a empresa líder do consórcio.

5.4.3. Para efeito de qualificação técnica, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado;

5.4.4. Para efeito de habilitação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado;

5.4.4.1. O acréscimo percentual sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira do consórcio será devidamente indicado no Edital da contratação.

5.4.4.1.1. Tal acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

5.4.5. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica, e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato;

5.4.6. É vedado à empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

5.4.7. Os integrantes do consórcio responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

5.5. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso neste capítulo.

5.6. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de vigência do contrato, conforme disposto no capítulo 7 deste Termo.

Subcontratação

5.7. Por tratar-se de contratação técnica com qualificação técnica exigível ao contratado que deve comprovar sua qualificação pessoal para a prestação do serviço técnico especificado, conforme Termo de Nomeação e Qualificação Técnica, não será admitida a subcontratação para quaisquer dos serviços especificados e ora licitados.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Regime de execução

6.1. O regime de execução será o de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, conforme justificado no ETP desta contratação.

6.2. A relação de comarcas onde tais serviços podem vir a ser contratados, bem como o provável quantitativo correspondente, estão dispostos no Apêndice 1 deste Termo.

Condições de execução

6.3. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.3.1. Início da execução do objeto: após a assinatura do contrato a Contratante enviará a Ordem de Execução de Serviços (OES) para a Contratada, autorizando a execução do serviço.

6.3.1.1. A Contratada deve confirmar o recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Serviço em resposta ao e-mail encaminhado pelo Tribunal de Justiça.

Prazos

6.4. A partir da data de recebimento da OES, a contratada deverá concluir os serviços no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, salvo prorrogação justificada nos termos da Lei e do contrato, e expressamente autorizada pela autoridade competente, mediante formalização de aditivo.

6.4.1. Para demandas de maior complexidade ou volume, a critério da fiscalização, poderá ser estabelecido um cronograma específico, a ser acordado entre as partes antes do início da execução.

6.4.2. Em caso de múltiplas solicitações simultâneas dentro da vigência da ata, a contratada poderá apresentar proposta de cronograma sequencial, que dependerá de aprovação prévia pela fiscalização.

Local e horário

6.5. Os locais dos serviços objeto desta contratação foram estimados considerando o planejamento de implantação de novos fóruns e ampliações de unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no horizonte de quatro anos, considerando o Plano de Obras do TJPR 2026/2030, já definido e aprovado pela Administração, e são indicados no anexo ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS.

6.5.1. O horário de expediente do TJPR é de segunda-feira a sexta-feira, entre 12h00 e 19h00, contudo para realização dos serviços poderá ser obtida autorização de acesso em horários diferenciados, a critério da fiscalização para imóveis não edificadas, e a critério da fiscalização e direção da unidade, para imóveis edificadas.

6.6. A realização do serviço deverá ser agendada previamente com a fiscalização após a emissão da OES. O agendamento visa obtenção de acesso aos imóveis, edificadas ou não.

6.7. Não será permitido o acesso de pessoal não identificado ou em desacordo com a Instrução Normativa nº 208/2024 ou qualquer norma de conduta do Contratante.

Materiais a serem disponibilizados

6.8. Todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e transportes necessários para a adequada execução dos serviços previstos neste termo são de responsabilidade exclusiva da empresa contratada, não competindo ao contratante disponibilizar quaisquer dos insumos requeridos para a execução dos serviços. Deverão ser utilizados equipamentos compatíveis com as normas técnicas vigentes e em perfeitas condições operacionais, assegurando a precisão, a segurança e a qualidade dos serviços.

6.9. Para os serviços de investigação geotécnica, poderão ser utilizados, conforme aplicabilidade:

- Conjunto de perfuração para sondagem SPT;
- Equipamento de sondagem rotativa com sistema de perfuração adequado à profundidade e ao tipo de solo/rocha;
- Equipamentos laboratoriais para ensaios de caracterização, compactação, cisalhamento e permeabilidade;
- Conjunto para prova de carga estática com células de carga, macaco hidráulico, bomba manual/motorizada e sistema de leitura de recalque.

6.9.1. Todos os equipamentos deverão ser operados por profissionais capacitados e acompanhados por responsável técnico habilitado.

6.9.2. A contratada será responsável pelo transporte, montagem, operação e desmontagem dos equipamentos, bem como pela segurança no local de execução.

6.9.3. A qualquer momento, a fiscalização poderá solicitar comprovação da calibração ou da condição técnica dos equipamentos utilizados.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.10. Além da execução técnica dos serviços conforme as normas específicas, caberá à empresa contratada:

- Realizar a mobilização e desmobilização de equipe e equipamentos, incluindo transporte, montagem e retirada do local de execução;
- Elaborar os projetos de locação dos serviços, contendo a localização dos furos, pontos de levantamento e respectivas cotas, com base nas diretrizes fornecidas pela fiscalização;
- Executar a limpeza e preparação da área, incluindo a remoção de vegetação rasteira ou obstáculos que impeçam o correto posicionamento dos equipamentos, acesso seguro e sinalização, quando necessário;
- Disponibilizar mão de obra técnica especializada para todas as fases dos serviços, devidamente supervisionada por profissional habilitado;
- Elaborar e entregar o relatório técnico completo conforme o tipo de serviço executado, incluindo dados de campo, interpretação, plantas, fotografias e ART correspondente;
- Garantir as condições de segurança do trabalho e de preservação do meio ambiente, inclusive com proteção dos pontos geodésicos e dos locais de ensaio durante a execução.

Obrigações da Contratada

6.11. Além das obrigações previstas no instrumento contratual, constituem obrigações da Contratada:

a) Apresentar em até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato, como condição para a emissão da ordem de execução dos serviços, os seguintes documentos:

a.1) anotação de Responsabilidade Técnica (ART's) dos profissionais de nível superior designados, devidamente quitada. Caso a CONTRATADA, bem como o(s) profissional(is) nomeado(s), seja(m) sediados e/ou domiciliados em outra jurisdição, e, conseqüentemente inscrita no CREA de origem, deverá apresentar o visto da empresa, junto ao CREA do Estado

do Paraná, quando cabível e em conformidade com o que dispõe a Lei nº 5.194/66, em consonância com o art. 1º da Resolução nº 413/97 do CONFEA;

a.1.1) A emissão das Anotações de Responsabilidade Técnicas (ART's) deve seguir as seguintes orientações, quando aplicáveis:

- i. Quando aplicável, deverão ser emitidas responsabilidades técnicas diferentes para os serviços de elaboração de projetos, orçamentação e execução de obra, mesmo que o profissional responsável por eles seja o mesmo;
- ii. Cada ART deve ser anexada no sistema SEI, individualmente;
- iii. O contratante para todos os serviços é a empresa contratada;
- iv. O local do serviço deve ser preenchido corretamente com logradouro, CEP, Município, etc. inclusive coordenadas, em conformidade com o descrito no documento "ESPECIFICAÇÕES DA CONTRATAÇÃO";
- v. Todo o projeto/serviço contratado deverá estar descrito na Anotação de Responsabilidade Técnica; quando não houver serviço especificado deverá estar listado no campo observações;
- vi. O profissional emissor da anotação de responsabilidade técnica deve ser o mesmo nomeado no ato da contratação. Caso haja necessidade de substituição do profissional a mesma deve ser solicitada formalmente ao Tribunal de Justiça, conforme estipulado no documento que gerou a contratação;
- vii. No campo atividade técnica, deve constar o serviço contratado como, por exemplo, coordenação, elaboração de projetos, elaboração de orçamento, etc. Para atendimento deste item é possível que o mesmo profissional tenha que emitir mais de uma anotação de responsabilidade técnica;
- viii. Não serão aceitas as anotações de responsabilidade técnica que apresentem serviços diferentes dos elencados no termo de nomeação para o profissional emissor da respectiva ART;
- ix. Havendo alterações no andamento dos serviços como área, ou outros, ao final, para assinatura do Termo de Recebimento Provisório, as ART's deverão ser retificadas.

a.2) demonstração de vínculo empregatício ou contratual com todos os profissionais designados, mediante cópia da CTPS, Contrato Social, ou Contrato de Prestação de Serviços;

a.3) garantia de execução contratual, quando exigida, nos termos do edital de licitação e instrumento contratual.

a.4) Comprovante de Inscrição de Obra (CNO), quando exigido em contrato, que poderá ser apresentado como condição para liberação da primeira parcela.

b) Comparecer às reuniões técnicas, quando agendadas;

c) Fornecer, quando exigido, o Diário de Execução de Serviços à fiscalização da contratante, que constituirá documento hábil para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução dos serviços, visitados diariamente por profissionais credenciados pela contratada e a cada vistoria pelo fiscal, devendo o mesmo ser aberto mediante termo circunstanciado, lavrado na primeira página, correspondente ao dia em que a CONTRATADA efetivamente iniciar os serviços, no qual obrigatoriamente registrará:

c.1) Pessoa técnica nomeada para acompanhar o serviço;

c.2) Pessoal lotado no local de trabalho (de forma discriminada);

c.3) Andamento das atividades;

c.4) Os acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;

c.5) Outros fatos que, a seu juízo, devem ser objeto de registro;

c.6) A exigência de Diário de Execução de Serviços poderá ser dispensada a critério da

Fiscalização, com base no valor e porte da contratação.

d) Executar todo o serviço com o máximo possível de cuidado, para que não sejam causados danos de qualquer espécie no local. Ocorrendo qualquer dano, o mesmo deverá ser imediatamente reparado pela parte causadora.

e) Responsabilizar-se pelo recolhimento e destinação dos resíduos gerados na realização dos serviços, de acordo com a legislação vigente, efetuando a análise dos tipos de resíduos gerados na prestação dos serviços, a forma de seleção e acondicionamento (de acordo com sua composição), bem como sua destinação final (reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação, etc), ou ainda, o descarte ambientalmente adequado dos materiais rejeitados (aqueles que não poderão ser reaproveitados) em aterros, devidamente licenciados/autorizados pelo poder público, observando-se as normas específicas.

f) Declarar ciência e observar a Política de Relacionamento entre o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e os seus Agentes com as Contratadas e as Potenciais Contratadas, instituída pelo Decreto Judiciário nº 62/2026, bem como o Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná;

g) Preencher o Formulário de Análise de Perfil das Contratadas do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, nos prazos e condições estabelecidos no Decreto Judiciário nº 62/2026, cuja exigência se restringe às contratações de valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), constituindo o descumprimento dessa obrigação infração administrativa, nos termos do referido Decreto.

Obrigações do Contratante

6.12. São obrigações do Contratante aquelas previstas na minuta contratual.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Ata de Registro de Preços

7.1. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital da licitação, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

7.1.1. A convocação para assinar a ata de registro de preços obedecerá a ordem de classificação na licitação correspondente.

7.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata, será de **1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período**, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

7.2.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação do valor ou quantitativo registrado.

7.2.2. A prorrogação da ata de registro de preços poderá ocorrer antes do prazo de 1 (um) ano, caso o quantitativo registrado seja integralmente consumido antes do término do período de vigência inicial. Essa prorrogação seguirá as mesmas condições de renovação dos quantitativos mencionadas no item acima.

7.3. As empresas licitantes vencedoras da etapa de lances, após a assinatura da ata de registro de preços, serão denominadas Beneficiárias do Registro de Preços ou apenas "**Beneficiárias**". As demais empresas licitantes habilitadas na sessão de pregão serão denominadas signatárias da ata de registro de preços ou apenas "**Signatárias**".

7.4. Será formalizado instrumento contratual para cada serviço, nos termos do Capítulo 7.

7.5. As alterações dos preços registrados obedecerão às disposições contidas na Subseção V,

art. 301 e seguintes, do Decreto Estadual nº 10.086 de 2022.

7.5.1. Os preços registrados poderão ser alterados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos da legislação vigente.

7.5.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

7.5.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.5.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

7.5.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os requisitos e formalidades previstos no art. 303 do Decreto Estadual nº 10.086 de 2022.

7.6. O cancelamento do registro de preços obedecerá às disposições contidas no art. 305 do Decreto Estadual nº 10.086 de 2022.

7.7. O cancelamento total ou parcial da Ata de Registro de Preços obedecerá às disposições contidas nos arts. 306 e 307 do Decreto Estadual nº 10.086 de 2022.

Formalização da Contratação e vigência

7.8. Será formalizado instrumento contratual para cada comarca a ser levantada constante na Ordem de Serviço, nos termos do art. 95 da lei 14.133/21.

7.8.1. A beneficiária será regularmente convocada para assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, podendo ser prorrogado uma vez por igual período a critério deste Tribunal, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

7.8.2. Como condição para celebração do contrato a beneficiária deverá:

a) manter as condições de habilitação;

b) não possuir fato impeditivo perante os cadastros do (Portal da Transparência do Governo Federal, TCU, SICAF, GMS/PR, TCE/PR e Hermes/TJ-PR);

c) não possuir registro no Cadastro Informativo Estadual – CADIN, nos termos do art. 3º da Lei Estadual nº 18.466/2015, c/c. art. 7º do Decreto Estadual nº 1.933/2015.

7.8.3. A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o contrato ou receber/retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

7.8.4. A empresa remanescente, se convocada, deverá comprovar as mesmas condições de habilitação consignadas no edital convocatório, como condição para celebração do contrato.

7.8.5. A assinatura de contratos e termos eletrônicos pode ser realizada também por meio eletrônico, nos termos do Decreto Judiciário nº 269/22 deste Tribunal de Justiça.

7.9. A vigência de cada contrato terá início a partir de sua formalização e vigorará até 180 (cento e oitenta) dias após o término do prazo de execução dos serviços.

7.9.1. O prazo de vigência do contrato será automaticamente prorrogado, independentemente

de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

7.10. As demais hipóteses e condições para a prorrogação da vigência do contrato serão disciplinadas na minuta contratual.

7.11. O valor mínimo de cada contrato a ser celebrado será de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

7.12. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Termo de Referência; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade à contratação.

Reajuste da ARP

7.13. Os preços inicialmente registrados são fixos e irrealizáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observadas as disposições previstas no contrato.

7.14. Após o interregno de um ano e desde que haja requerimento da Contratada, o preço inicialmente registrado poderá ser reajustado mediante prévia negociação entre as partes, observados os preços praticados no mercado, tendo como limite máximo a variação do INCC, ou outro índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.15. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.16. A prorrogação da Ata sem a solicitação de reajuste implicará preclusão do direito ao reajuste.

7.17. Também haverá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinta a Ata.

7.18. Caso ocorra preclusão do direito do reajuste pretérito, a data-base para o cálculo dos futuros reajustes será sempre a data do orçamento estimado.

7.19. É vedada a aplicação cumulativa de índices relativos aos períodos em que tenham ocorrido a preclusão.

Garantia contratual

7.20. A garantia será exigida para as contratações de valor acima do limite estabelecido pela lei para dispensa de licitação em razão do valor – art. 75, I da Lei 14.133 de 2021.

7.20.1. A minuta contratual estabelecerá as condições para a garantia de execução, nos termos do art. 96 da lei 14.133 de 2021 e, se for o caso, para o seguro dos serviços executados.

7.20.2. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer no prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

7.20.3. A garantia contratual observará os prazos e condições estabelecidos no instrumento contratual, do qual este termo de referência é parte integrante.

Gestão e fiscalização

7.21. A **gestão de Ata de Registro de Preços** decorrente desta contratação compete à Unidade Administrativa e servidor(es) devidamente designado(s) para o exercício da função.

7.21.1. Caberá ao gestor da ARP realizar a gestão administrativa dos prazos relacionados à vigência das atas de registro de preços, dentre outras funções eventualmente atribuídas.

7.22. A **gestão dos contratos** decorrente desta contratação compete à Divisão de Gestão de Contratos de Infraestrutura de Secretaria de Contratações Institucionais e servidor(es) devidamente designado(s) para o exercício da função.

7.22.1. Consideram-se atividades de gestão contratual aquelas dispostas no Regulamento Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e da Instrução Normativa nº 152/2023 do TJPR, dentre as quais se destacam:

- a)** monitorar o prazo de vigência dos contratos e tomar as providências cabíveis quando verificada a proximidade de seu término;
- b)** processar o pedido de pagamento, observando os prazos contratuais e os instrumentos normativos relacionados à matéria;
- c)** acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d)** agendar e participar de reuniões com a empresa contratada e o fiscal técnico sobre a data de início do contrato, prestando as orientações necessárias acerca do contrato;
- e)** realizar reuniões, quando necessárias, com as empresas contratadas, visando à adequada prestação de serviço;
- f)** acompanhar a apresentação da garantia contratual, encaminhando-a à Unidade administrativa competente para as providências cabíveis;
- g)** comunicar as empresas sobre eventuais alterações, solicitando os documentos necessários, nos termos dispostos no contrato e na lei;
- h)** solicitar à empresa contratada, sempre que houver alteração contratual, a correspondente complementação da garantia;
- i)** verificar a possibilidade e sugerir, quando cabível, a abertura de processo administrativo à unidade competente nos casos de sua competência;
- j)** processar os pedidos de alteração contratual.

7.23. A **fiscalização** dos serviços decorrentes desta contratação compete à Unidade Administrativa e servidor(es) técnico(s) da Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura devidamente designado(s) para o exercício da função.

7.23.1. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do Registro, ou pelos respectivos substitutos, observando-se as seguintes obrigações:

- a)** Fiscalizar tecnicamente o contrato, verificando o cumprimento das cláusulas contratuais por parte da Contratada e o atendimento às normas técnicas vigentes relacionadas ao objeto da contratação.
- b)** Verificar a correta execução do objeto no que tange aos quesitos técnicos, de modo a legitimar a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado, ou, conforme o caso, para orientar as autoridades competentes acerca da necessidade de serem aplicadas sanções ou de rescisão contratual.
- c)** Tomar conhecimento de todas as especificações técnicas, cláusulas editalícias e contratuais do objeto.
- d)** Recolher ART de fiscalização dos serviços quando da assinatura do contrato entre o TJPR e a empresa Contratada;
- e)** Realizar vistorias para acompanhamento dos serviços de fiscalização, emitindo relatórios de vistoria;
- f)** Manter registro de todas as atividades da fiscalização. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:
 - g.1)** os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

g.2) os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

g.3) a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

g.4) a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

g.5) o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

g.6) a satisfação do público usuário.

g) A Fiscalização deve manter arquivados documentos que registrem os fatos relevantes ocorridos durante a execução, de fatos externos que venham a prejudicá-la, ou sobre a presença ou a ausência de culpa por parte do contratado por eventuais falhas técnicas na execução, entre outros incidentes, ministrará ao gestor do contrato importantes subsídios no momento de decidir sobre possíveis alterações contratuais. O registro dos fatos e atos da fiscalização importa à autorização das ações subsequentes e informa, também, os procedimentos de liquidação da despesa, que tomarão por base as condições pactuadas no contrato e a comprovação da entrega do material ou da prestação efetiva do serviço.

h) Disponibilizar cópia de atas de reuniões realizadas com o preposto da contratada, quando houver, a fim de discutir a qualidade da contratação.

i) É de reponsabilidade do agente fiscal técnico estabelecer e realizar as rotinas básicas de fiscalização técnica para o fim de realizar as verificações necessárias à constatação da perfeita execução técnica do objeto contratado.

j) Emitir pareceres técnicos de liberação de fatura, de renovação contratual, de reajustes contratuais e outros solicitados pelo Gestor do contrato;

k) Emitir pareceres técnicos atestando o devido cumprimento do contrato por parte da empresa Contratada;

l) Elaborar minuta de notificação da empresa Contratada indicando eventuais descumprimentos das cláusulas contratuais;

m) Proceder ao recebimento técnico do objeto;

n) Comunicar falhas porventura constatadas na execução dos serviços e solicitar sua correção.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Critérios de medição

8.1. O pagamento pelos serviços será efetuado por contrato decorrente da ata de registro de preços, em cada regional, em parcela única por serviço unitário, após a conclusão dos serviços, entrega dos documentos técnicos exigidos e aceite formal pela fiscalização técnica do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

8.2. A aferição da execução contratual para fins de medição considerará os seguintes critérios:

a) Entrega integral dos produtos contratados (relatórios, plantas, memoriais, etc.), conforme especificações técnicas;

b) Aprovação pela fiscalização e emissão do Termo de Recebimento Provisório dos serviços;

c) Apresentação da nota fiscal correspondente, vinculada ao contrato derivado da ata; e

d) Regularidade fiscal e trabalhista da contratada, conforme exigido pela legislação vigente.

8.3. Não serão realizados pagamentos parciais relativos a etapas intermediárias de execução, salvo se houver previsão expressa em contrato específico derivado da ata.

8.4. O prazo para pagamento seguirá o estabelecido em contrato e na legislação aplicável, contado a partir da data do aceite formal pela fiscalização.

Recebimento do objeto

8.5. O objeto do contrato será recebido de acordo com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, observadas as etapas de recebimento provisório e definitivo, no âmbito de cada contrato, bem como disciplinado no instrumento contratual.

8.5.1. O objeto será considerado como recebido provisoriamente quando:

- Os serviços forem concluídos de acordo com as especificações contratuais;
- Todos os produtos técnicos exigidos forem entregues (relatórios, plantas, memoriais, ART, etc.);
- A fiscalização técnica emitir o Termo de Recebimento Provisório, atestando o cumprimento das obrigações.

8.5.2. O recebimento definitivo se dará após:

- Verificação de eventuais pendências técnicas ou correções exigidas;
- Aprovação final pela fiscalização;
- Decurso do prazo legal para manifestação sobre a qualidade e integridade do objeto.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Condições para o pagamento

8.9. A emissão da nota fiscal/fatura é de total responsabilidade da Contratada e deverá observar a legislação aplicável, inclusive a instrução normativa nº 152/2023 do TJPR ou outra que venha a substituí-la, que versa sobre os procedimentos operacionais a serem observados para atestação, processamento e pagamento de despesas realizadas por este Tribunal (<https://www.tjpr.jus.br/legislacao-atos-normativos/-/atos/documento/4681608>).

8.9.1. As notas fiscais ou faturas a serem emitidas para o Tribunal de Justiça do Paraná deverão observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte – IRRF de acordo com as normas e alíquotas constantes do anexo I da Instrução Normativa RFB 1.234/2012. Os documentos de cobrança que estejam em desacordo com o estipulado neste item não serão aceitos para fins de liquidação e pagamento da despesa e serão devolvidos para os devidos ajustes.

8.10. O Contratante efetuará o pagamento até o 30º dia a contar da data do atestado de execução dos serviços, ou seja, da emissão do Atesto na Nota Fiscal emitido pela fiscalização, desde que em condições jurídicas e documentais de ser(em) liberada(s).

8.11. A minuta contratual padronizada estabelecerá as condições para o pagamento e reajuste dos preços dos serviços executados.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na

modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO LINEAR**, a incidir sobre o valor máximo anual para cada um dos lotes.

9.1.1. O preço final das ofertas somente será utilizado para fins de cálculo do maior desconto ofertado, permanecendo o valor máximo da ata.

9.2. O modo de disputa será o **ABERTO E FECHADO**.

9.3. A diferença entre os lances enviados não poderá ser inferior a 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor do item e incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, conforme Decisão 11860756.

9.4. As licitantes deverão analisar e endossar os dados, diretrizes e exequibilidade do objeto, apontando com antecedência os pontos que eventualmente possam discordar, responsabilizando-se, conseqüentemente, por seus resultados para todos os efeitos futuros.

9.5. A proposta de preços deverá observar todas as disposições do Edital da contratação, inclusive atender ao disposto no artigo 31 da Lei Federal nº 8.078/90.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.6. O critério de aceitabilidade de preços será o **VALOR GLOBAL** estimado para a contratação, para cada lote.

9.6.1. Não será exigida, no momento da apresentação da proposta inicial e da fase de lances, a apresentação de planilha contendo os preços unitários, quantitativos, composições de custos, BDI e encargos sociais.

9.6.2. Encerrada a fase de lances e definida a licitante classificada em primeiro lugar, esta deverá apresentar, como condição para aceitabilidade da proposta, a planilha orçamentária recomposta, adequada ao desconto linear ofertado, contendo os quantitativos e custos unitários, composições de custos unitários, detalhamento do BDI e dos encargos sociais, observados os projetos, especificações técnicas e demais documentos do edital, nos termos do art. 56, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

9.6.2.1. Eventuais inconsistências, omissões ou incompatibilidades identificadas na planilha orçamentária de referência deverão ser submetidas à análise da Administração, não sendo admitida a inclusão unilateral de serviços pela licitante ou contratada, sem prejuízo da análise de eventual alteração contratual, quando tecnicamente justificada e legalmente cabível.

9.7. Quando a Matriz de Alocação de Riscos da contratação for elaborada pelo Contratante (anexo do Edital), o interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar, juntamente com o envio da proposta, a Declaração de ciência de riscos (modelo no Apêndice 2 deste Termo) da indicando ter pleno conhecimento na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato e ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

Qualificação Técnica

9.8. Para comprovação da qualificação técnica, a empresa licitante deverá apresentar:

9.8.1. TERMO DE NOMEAÇÃO, assinado por todos os profissionais designados para as funções abaixo, conforme modelo mencionado no Apêndice 1 deste Termo, devendo constar:

a) 01 (um) profissional de nível superior legalmente habilitado a ser designado como Responsável técnico pela investigação geotécnica – sondagem SPT e sondagem rotativa;

b) 01 (um) profissional de nível superior legalmente habilitado a ser designado como Responsável técnico pela investigação geotécnica – ensaios de laboratório;

c) 01 (um) profissional de nível superior legalmente habilitado a ser designado como Responsável técnico pela investigação geotécnica – ensaios de prova de carga estática.

9.8.1.1. Consideram-se como legalmente habilitados os profissionais com as seguintes qualificações:

a) Responsável técnico pela investigação geotécnica – sondagem SPT e sondagem rotativa – profissional graduado em Engenharia Civil, devidamente habilitado e registrado no CREA;

b) Responsável técnico pela investigação geotécnica – ensaios de laboratório – profissional graduado em Engenharia Civil, devidamente habilitado e registrado no CREA;

c) Responsável técnico pela investigação geotécnica – ensaios de prova de carga estática – profissional graduado em Engenharia Civil, devidamente habilitado e registrado no CREA.

9.8.1.2. Todos os profissionais listados no item acima podem pertencer ao quadro permanente da empresa ou serem contratados como autônomos.

9.8.1.3. Todos os profissionais nomeados, desde que habilitados, poderão ser designados/nomeados para mais de uma atividade.

9.8.1.4. A empresa atenderá a exigência do edital quanto à nomeação dos responsáveis técnicos desde que haja, NO MÍNIMO, 01 (um) profissional que atenda aos requisitos para cada especialidade.

9.8.1.5. Os profissionais nomeados a serem designados como responsáveis técnicos devem preencher os requisitos previstos nas resoluções do CONFEA que dispõem sobre a regulamentação da atribuição de títulos, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no sistema CONFEA/CREA. Portanto deve ser caracterizada a correlação entre a atribuição necessária para a atividade a ser desenvolvida e a respectiva atribuição de competências no âmbito de abrangência do campo de atuação do profissional, inclusive aquelas enquadradas como especialização com a peculiaridade de estender-se a mais de uma profissão, como as atividades relacionadas à Segurança do Trabalho, por exemplo.

9.8.1.6. No caso de outra titulação que não aquelas elencadas no item acima, deverá haver indicação expressa pelo licitante da resolução/norma do CONFEA que estabeleça a competência do profissional indicado, à luz das obrigações contratuais.

9.8.1.7. Será admitida a substituição desses por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133/21).

9.8.1.8. Se houver necessidade de substituição do responsável técnico nomeado, o substituto deverá apresentar o acervo e atestados de capacidade técnica conforme exigidos no edital, a serem submetidos à análise e aprovação do Tribunal de Justiça, sob pena de inabilitação ou rescisão contratual.

9.8.2. COMPROMISSO DE PARTICIPAÇÃO do pessoal técnico nomeado pela proponente, no qual declarem que participarão, permanentemente, a serviço da empresa, do objeto desta licitação, devendo estar disponíveis a pronto atendimento quando solicitado, a pedido da fiscalização do Tribunal (Termo de Nomeação – Apêndice 1).

9.8.3. CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA junto ao Conselho Profissional competente (CREA), dentro do prazo legal de sua vigência.

9.8.3.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.8.3.2. As empresas consorciadas, caso autorizado o consórcio, deverão comprovar o registro no Conselho Profissional competente (CREA) do Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, nos termos da Resolução nº 444/2000 do CONFEA.

9.8.4. CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA FÍSICA junto ao CREA, dentro do prazo legal de sua vigência.

9.8.5. Comprovação de aptidão técnico-profissional para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, por meio da apresentação de **Certidão de Acervo Técnico (CAT)** emitida pelo Conselho

Profissional competente (CREA) ou **Atestado de Capacidade Técnica firmado pelo proprietário da obra (pública ou particular)**, em que conste, obrigatoriamente, o início e término da obra/serviço, sua localização, natureza do diagnóstico realizado e descrição detalhada dos serviços prestados.

a) As Certidões de Acervo Técnico e os Atestado de Capacidade Técnica deverão observar o seguinte:

a.1) Nos casos de Certidões de Acervo Técnico emitidas com Atestado de Capacidade Técnica, este deverá também ser apresentado, devidamente firmado pelo contratante do projeto (público ou particular) e chancelado pelo Conselho Profissional competente (CREA);

a.2) No caso de apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, o mesmo poderá ser chancelado OU não pelo conselho profissional competente, e deverá ser acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou CAT, emitidas pelo conselho de fiscalização profissional competente, em nome de um dos profissionais vinculados ao referido atestado, a fim de conferir autenticidade e veracidade das informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes;

a.3) As Certidões de Acervo Técnico emitidas sem Atestado de Capacidade Técnica, deverão discriminar todas as exigências técnicas elencadas acima;

a.4) Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora;

a.5) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato;

a.6) A ausência de algum dos requisitos do atestado ou dúvidas com relação ao seu conteúdo não o invalidarão se a informação puder ser obtida por diligência ou por meio de outros documentos;

a.7) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos;

a.8) Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133/21, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Qualificação Econômico-Financeira

9.9. As exigências para qualificação econômico-financeira estão devidamente previstas no processo, nos termos do inc. IX do art. 18 da Lei 14.133/21, e constarão no Edital da licitação.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor máximo da contratação

10.1. O valor máximo da contratação por ATA DE REGISTRO DE PREÇOS é de R\$ 2.126.423,22 (dois milhões, cento e vinte e seis mil quatrocentos e vinte e três reais e vinte e dois centavos), distribuído em três lotes:

10.1.1. Lote 1 – Regional Leste: R\$ 588.415,55 (quinhentos e oitenta e oito mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta e cinco centavos);

10.1.2. Lote 2 - Regional Norte: R\$ 933.433,40 (novecentos e trinta e três mil quatrocentos e trinta e três reais e quarenta centavos);

10.1.3. Lote 3 - Regional Sul: R\$ 604.574,27 (seiscentos e quatro mil quinhentos e setenta

e quatro reais e vinte e sete centavos).

10.2. A planilha com o Custo dos Serviços (anexo do edital) informa os custos unitários individualizados máximos dos serviços, sobre os quais deverá incidir o desconto ofertado.

11. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. No caso de eventual descumprimento contratual e/ou porventura, de conduta ilícita, a fim de se identificar os pressupostos caracterizadores da infração e a precisa extensão serão [incluídas no edital e no contrato as penalidades cabíveis, de acordo com o art. 155 da Lei nº 14.133/2021, Decreto Judiciário nº 269/2022 e Decreto Estadual nº 10.086/2022.](#)

12. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A despesa decorrente da contratação está adequada e compatível com a lei de diretrizes orçamentárias e com o plano plurianual, conforme verificado pela secretaria de finanças deste tribunal referente ao exercício de **2026**.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Os prazos previstos neste Termo de Referência serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as seguintes disposições:

- a)** Os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;
- b)** Os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data;
- c)** Nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade competente.

13.2. Só iniciam e vencem os prazos indicados neste Termo de Referência em dia de expediente na Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

13.3. Toda documentação apresentada deverá estar dentro do prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor. Documentos expedidos por órgãos oficiais, omissos quanto ao prazo de validade, serão aceitos por 90 (noventa) dias a partir da sua expedição.

APÊNDICE 1 – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

DOCUMENTO	Nº SEI
Estudo técnico preliminar	12992675
Especificações para a Contratação	12826697
Estimativa de Quantitativo	12822615
Estimativa de deslocamento	12822639
Quantitativos de Contratação	12822659

Mapa de Regionais - Lotes	12822750
Termo de Nomeação	13117635
Relatório de elaboração de orçamento	12976774
Orçamento sintético	12823305
Orçamento limites de BDI	12551281
Orçamento cotações	12551286
Matriz de alocação de riscos	12822768

ESSES DOCUMENTOS ESTARÃO DISPONÍVEIS PARA DOWNLOAD NOS SITES: [HTTPS://WWW.TJPR.JUS.BR/ANEXOS-DOS-EDITAIS](https://www.tjpr.jus.br/anexos-dos-editais) E [WWW.GOV.BR/COMPRAS](http://www.gov.br/compras).

APÊNDICE 2 – TERMO DE CIÊNCIA DE RISCOS

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara ter pleno conhecimento na natureza e extensão dos riscos indicados na MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS contratuais, bem como ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

Preencher somente quando houver matriz de riscos contratuais disponibilizada pelo contratante como anexo do Edital



Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA CAVASSIM GUIMARAES, Técnica Judiciária**, em 09/06/2026, às 14:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE MOLINARI, Chefe de Divisão**, em 15/06/2026, às 14:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador **13120100** e o código CRC **D50A92B0**.